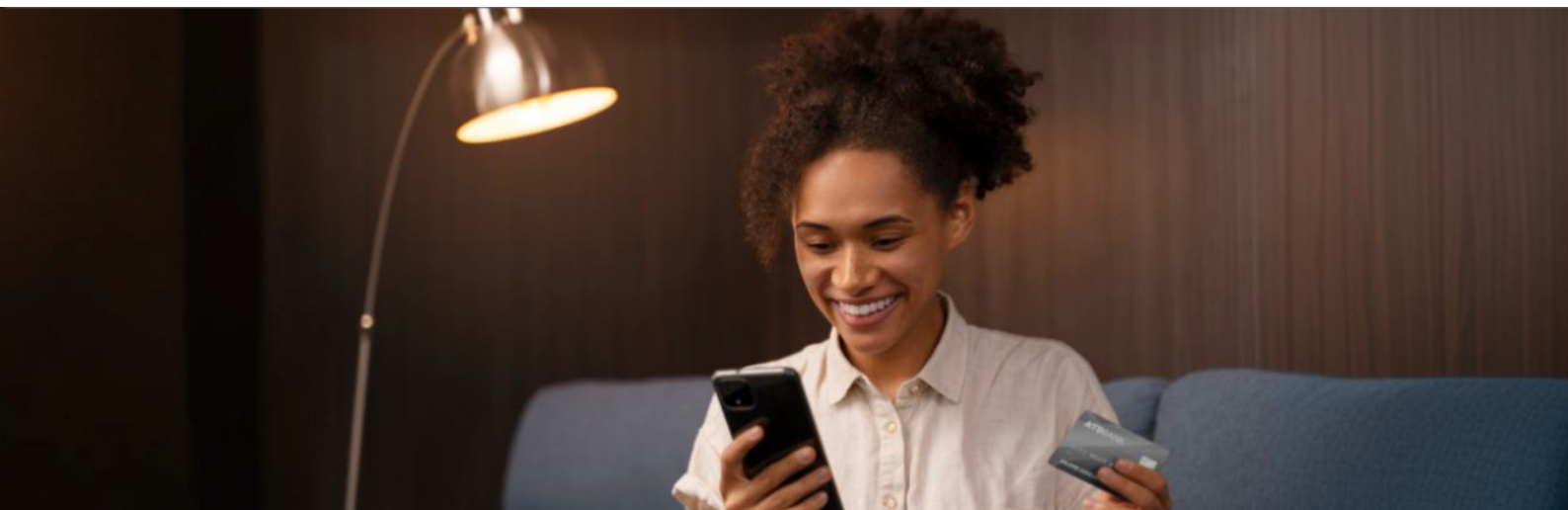




DÍVIDA NEGATIVADA CHEGOU A R\$ 7,6 BILHÕES E A DÍVIDA MÉDIA A R\$ 5.827

Elaborado por: André Spalenza, Gercione Dionizio e Eduarda Gripp.

Ainda assim, mais de 86 mil capixabas saíram da inadimplência em um ano

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apresenta o perfil do compromisso financeiro (endividamento) e a capacidade de pagamento (inadimplência) das famílias capixabas. De forma complementar, também foram usados os da-

dados do Serasa Experian, com características gerais da dívida capixaba. A análise destes dados permite entender quais os impactos do endividamento e da inadimplência no consumo futuro destas famílias. Foram usados dados referentes a maio (Serasa) e junho (CNC) de 2025.

Perfil da inadimplência capixaba

Com novo aumento, a inadimplência capixaba fechou o terceiro trimestre com alta. Em junho de 2025, a inadimplência no Espírito Santo chegou a 34,2%, um aumento de 0,95 pontos percentuais se comparado a maio do mesmo ano. Esse aumento ocorreu pelo terceiro mês seguido – e pode estar associado ao comportamento sazonal do mercado: como ciclo de compras e o seu acúmulo. Com isso, o número de capixabas inadimplentes em junho de

2025 chegou a aproximadamente 1,43 milhões (524 mil domicílios), representando um aumento de 41,6 mil novos inadimplentes em relação ao mês de maio. Apesar disso, a inadimplência de junho de 2025 manteve-se 2,1 pontos percentuais abaixo da inadimplência de junho de 2024 que chegou a 36,3% da população. O que resulta em 86,5 mil capixabas inadimplentes a menos que no mesmo período do ano passado (1,52 milhões).

No Brasil, a inadimplência chegou a 29,5%, indicando que não houve alteração da inadimplência a nível nacional. Portanto, o número de brasileiros inadimplentes permaneceu em aproximadamente 78,2 milhões.

Em maio de 2025, os consumidores inadimplentes no Espírito Santo tinham, em média, 3,9 contas em atraso, com uma dívida média de R\$ 5.827,10 — um aumento de R\$ 51,39 em relação a abril. No total, o volume de dívidas negativadas (dívidas que as pessoas deixaram de pagar) no estado somou R\$ 7,6 bilhões, distribuídos em 5,1 milhões de contas em atraso. A inadimplência pode apresentar um comportamento sazonal, ou

seja, tende a subir em determinadas épocas do ano. Isso acontece porque os gastos e parcelamentos feitos em datas como a Black Friday ou o Natal se acumulam ao longo dos meses seguintes. Como as famílias capixabas costumam parcelar suas compras em média em 7 vezes, compromissos assumidos no fim do ano se estendem até meados do ano seguinte.

Com o acúmulo de parcelas e outras despesas, especialmente entre o fim do segundo trimestre e o início do terceiro, cresce a dificuldade de manter as contas em dia — o que costuma elevar a inadimplência nesse período.

a inadimplência de junho de 2025 manteve-se 2,1 pontos percentuais abaixo da inadimplência de junho de 2024 que chegou a 36,3% da população

Taxa de inadimplência capixaba por renda, gênero e idade

	2025		2024		Brasil
	junho	maio	junho	média	jun/25
Inadimplência GERAL	34,2%	33,3%	36,3%	34,9%	29,5%
Inadimplência por RENDA DA FAMÍLIA					
até 10 salários-mínimos	38,2%	37,2%	41,3%	39,6%	33,0%
acima de 10 salários-mínimos	11,0%	10,0%	6,9%	7,2%	15,0%
Inadimplência por GÊNERO					
Mulheres	32,2%	31,4%	34,5%	37,6%	29,5%
Homens	36,1%	34,6%	38,1%	32,2%	29,4%

*Fonte Serasa Experian de abril de 2025 (<https://www.serasaexperian.com.br/>)

Entre os grupos de menor renda, a taxa de inadimplência em junho alcançou 38,2%, registrando um aumento de 1 ponto percentual em relação a maio. Isso representa 35,6 mil capixabas a mais, com renda de até 10 salários mínimos, com contas em atraso. Apesar do crescimento na comparação mensal, a inadimplência apresentou queda de 3,1 pontos percentuais em relação a junho de 2024 — o que equivale a 111,2 mil pessoas a menos nessa condição em 2025.

Entre as famílias de maior renda, a inadimplência também subiu 1 ponto percentual em relação a maio de 2025, atingindo 10% em junho. Isso representa 6 mil novos capixabas com renda acima de 10 salários mínimos em situação de inadimplência. Na comparação anual, a taxa foi 4,1 pontos percentuais superior à de junho de 2024 — o que equivale a um acréscimo de 24,7 mil pessoas de maior renda com dívidas em atraso.

Quando analisado por Gênero, o comportamento da inadimplência foi similar, com aumento na comparação mensal, mas redução no comparativo interanual, para ambos. **Entre os homens**, a inadimplência chegou a 36,1%, aumento de 1,5 pontos percentuais comparado a maio de 2025 (34,6%) e uma redução de 2 pontos percentuais quando comparado a junho de 2024 (38,1%).

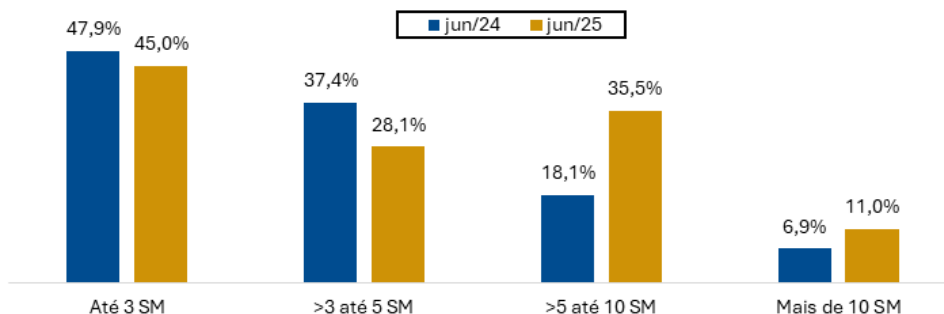
Já **entre as mulheres** a inadimplência chegou a 32,2%, um aumento de 0,8 pontos percentuais em relação a maio de 2025 e

uma redução de 2,3 pontos percentuais quando comparado a junho de 2024.

Entre junho 2025 e junho de 2024, houve importantes mudanças na inadimplência capixaba ao se considerar outros níveis de renda. Em 2025, a taxa de inadimplência do Espírito Santo caiu entre as famílias com menor renda – renda de até 3 salários-mínimos e de 3 a 5 salários-mínimos –, mas subiu entre as famílias com maior renda – de 5 a 10 salários e com renda acima de 10 salários-mínimos.

Entre os homens, a inadimplência chegou a 36,1%, e entre as mulheres a inadimplência chegou a 32,2%.

Taxa de inadimplência para o mês de junho, por faixa de renda, ES, de 2024 e 2025



Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES

Considerando a variação no período, o maior recuo na inadimplência foi observado entre as famílias com renda entre 3 e 5 salários mínimos, sinalizando uma melhora mais consistente da capacidade de pagamento nesse estrato. Em contrapartida, o grupo com renda entre 5 e 10 salários mínimos apresentou a maior alta proporcional, indicando uma piora significativa no equilíbrio financeiro dessas famílias ao longo do último ano.

No comparativo anual, a taxa de inadimplência das famílias com renda de até 3 salários mínimos recuou de 47,9% em junho de 2024

para 45% em junho de 2025, uma queda de 2,9 pontos percentuais. Entre as famílias com renda entre 3 e 5 salários mínimos, a redução foi de 9,3 pontos percentuais – passando de 37,4% para 28,1% no mesmo período.

Por outro lado, observou-se um movimento de alta nas faixas de renda mais elevadas. No grupo com rendimento entre 5 e 10 salários mínimos, a inadimplência subiu de 18,1% em junho de 2024 para 35,5% em junho de 2025, um aumento de 17,4 pontos percentuais.

Já entre as famílias com renda acima de 10 salários mínimos, a taxa passou de 6,9% para 11%, registrando uma elevação de 4,1 pontos percentuais.

Apesar das mudanças significativas no perfil do inadimplente, as características das dívidas em atraso mantiveram relativa estabilidade. Entre os poucos indicadores que apresentaram variações relevantes, destaca-se a queda da **capacidade de pagamento**

das famílias capixabas inadimplentes. Em junho de 2025, entre as 524 mil famílias inadimplentes — o equivalente a cerca de 1,43 milhão de capixabas — apenas 19% afirmaram ter condições de quitar suas dívidas em atraso no mês seguinte.

Esse percentual representa uma queda de 0,9 ponto percentual em relação a maio de 2025, quando 19,7% declararam ter essa capacidade de pagamento.

Características das dívidas em atraso, ES, 2025

	ATÉ 10 salários		ACIMA DE 10 salários	
	jun/25	mai/25	jun/25	mai/25
Condições de pagamento				
Total	19,2%	19,7%	18,2%	20,0%
Parcial	24,0%	23,3%	31,8%	35,0%
Sem condições	56,8%	57,0%	50,0%	45,0%
Tempo de atraso				
Até 30 dias	17,9%	18,0%	36,4%	35,0%
Entre 30 e 90 dias	23,7%	22,7%	13,6%	15,0%
Acima de 90 dias	58,1%	59,0%	50,0%	50,0%

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.
Nota: Não foram incluídos o percentual de famílias que não souberam responder às perguntas.

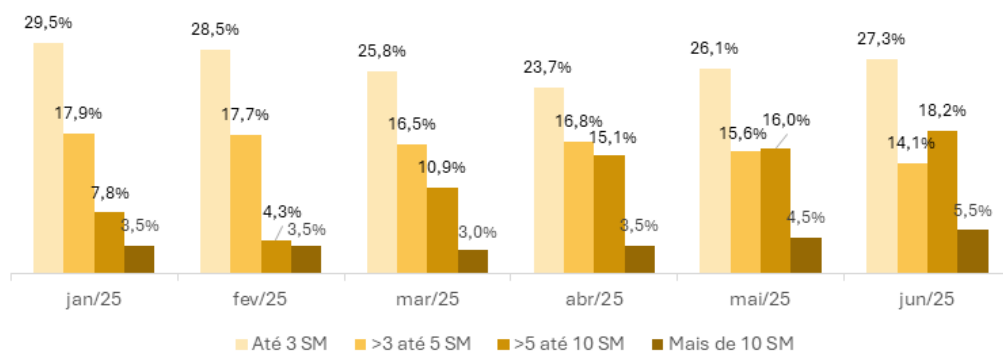
Entre os diferentes estratos de renda, a queda mais expressiva na capacidade de pagamento foi registrada entre as famílias com renda acima de 10 salários mínimos.

Nesse grupo, a proporção de inadimplentes que afirmam ter condições de quitar suas dívidas no próximo mês recuou de 20% em maio para 18,2% em junho de 2025 — uma redução de 1,8 ponto percentual. Já entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos, a capacidade de pagamento passou de 19,7% para 19,2% no mesmo período, uma queda mais modesta de 0,5 ponto percentual.

No primeiro semestre de 2025, observou-se um aumento na **incapacidade de pagamento** entre as famílias capixabas com renda **acima de 5 salários mínimos**.

No grupo com renda entre **5 e 10 salários mínimos**, a proporção de famílias que afirmam não ter condições de quitar suas dívidas em atraso no mês seguinte subiu 10,4 pontos percentuais, alcançando 18,2% em junho. Já entre aquelas com **renda superior a 10 salários mínimos**, o aumento foi de 2 pontos percentuais, chegando a 5,5% no mesmo mês.

Percentual de famílias incapazes de quitar as dívidas em atraso no próximo mês, ES, 2025



Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.
Nota: Não foram incluídos o percentual de famílias que não souberam responder às perguntas.

Por outro lado, entre as famílias de **menor renda**, houve melhora na percepção de capacidade de pagamento. Entre aquelas com **renda de até 3 salários mínimos**, o percentual de inadimplentes que declararam não conseguir pagar suas dívidas caiu de

29,5% em janeiro para 27,3% em junho — uma redução de 2,2 pontos percentuais. No grupo com renda entre **3 e 5 salários mínimos**, a queda foi ainda mais expressiva: de 17,9% para 14,1%, no mesmo período.

Perfil do Endividamento

Em junho de 2025 o endividamento das famílias capixabas manteve-se relativamente estável. Entre maio e junho, a taxa de endividamento das famílias aumentou 0,3 pontos percentuais e chegou 89,4%. Entre as famílias com renda de até 10 salários o endi-

vidamento saiu de 90,4% em maio para 90,9% junho, aumento de 0,5 pontos. Entre as famílias com renda superior a 10 salários houve queda de 1 ponto percentual na taxa de endividamento que chegou a 79,5% em junho.

Taxa de endividamento capixaba por renda, gênero e idade

	2025		2024		Brasil
	junho	maio	junho	média	jun/25
Endividamento GERAL	89,4%	89,1%	90,7%	88,9%	78,4%
Endividamento por RENDA DA FAMÍLIA					
até 10 salários	90,9%	90,4%	92,1%	91,2%	80,8%
acima de 10 salários	79,5%	80,5%	81,7%	80,7%	67,5%
Endividamento por GÊNERO					
Mulheres	88,1%	88,1%	91,1%	91,4%	
Homens	90,6%	89,9%	89,6%	87,9%	

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES

A taxa de endividamento das famílias capixabas continua acima da taxa brasileira, que em junho de 2025 foi de 78,4% - para as famílias com menor renda essa taxa chegou a 80,8% e para as com maior renda a 67,5%. Esse resultado mantém as famílias capixabas entre as mais endividadas do Brasil, sendo o cartão de crédito a principal fonte de endividamento das famílias.

Em junho de 2025, a população do estado do Espírito Santo apresentou a maior taxa de endividamento do Brasil (89,4%), sendo

o segundo colocado o estado de Roraima (89,2%) e o terceiro o Piauí (88,1%). Esse resultado foi puxado pelas famílias com renda de até 10 salários-mínimos, a mais endividada do Brasil 90,9%. As famílias capixabas com renda acima de 10 salários foram a 5ª do ranking das mais endividadas.

Similar ao comportamento do grau de endividamento das famílias, que se manteve-se estável, não houve grandes mudanças nas características desse endividamento.

Em junho de 2025, a população do estado do Espírito Santo apresentou a maior taxa de endividamento do Brasil (89,4%), sendo o segundo colocado o estado de Roraima (89,2%) e o terceiro o Piauí (88,1%).

Características das dívidas a pagar, ES, 2025

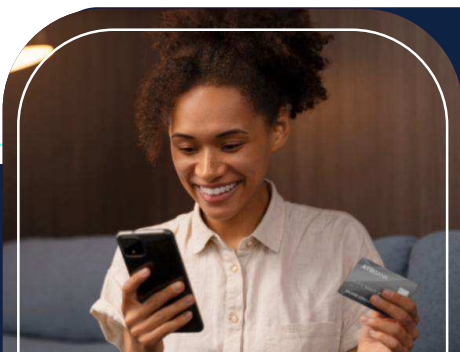
	ATÉ 10 salários		ACIMA DE 10 salários	
	jun/25	mai/25	jun/25	mai/25
Tempo de comprometimento com dívidas				
Dívidas de curto prazo (até 6 meses)	50,1%	49,4%	52,2%	54,0%
Dívidas de longo prazo (acima de 6 meses)	49,9%	50,2%	47,8%	46,0%
Renda comprometida com dívidas				
até 10%	23,6%	24,3%	49,7%	51,6%
de 11% a 50%	49,0%	49,0%	44,7%	42,9%
acima de 50%	27,4%	26,5%	5,7%	5,6%

Fonte: CNC. Elaboração: Equipe Connect Fecomércio-ES.
Nota: Não foram incluídos o percentual de famílias que não souberam responder às perguntas.

O percentual de dívidas de curto prazo (até 6 meses) das famílias com renda até 10 salários aumentou de 0,7 pontos percentuais e chegou a 50,1% em junho de 2025, já para as famílias com renda superior a 10 salários houve queda de 1,8 pontos neste percentual.

Além disso, houve um aumento no percentual das famílias capixabas superendividadas

(capixabas que tem mais de 50% da renda comprometida com dívidas). Entre as famílias com renda até 10 salários o percentual de famílias com até 50% da renda comprometida com dívida chegou a 27,4% em junho, aumento de 0,9 pontos percentuais em relação a maio. Entre as famílias com renda superior a 10 salários esse percentual chegou a 5,7% em junho – resultado de um aumento de 0,1 pontos percentuais.



Highlights de JUN/2025 Inadimplência e Endividamento

- . Entre mai/25 e jun/25, a inadimplência aumentou 0,95 pontos percentuais, chegando a 34,2% (41,6 mil novos inadimplentes)
- . O valor da dívida média do capixaba chegou a R\$ 5.827 e o número médio de dívidas por pessoa a 3,9.
- . Em jun/25, a inadimplência de famílias por renda: até 3 salários chegou a 45%; entre 3 e 5 salários, 28,1%; entre 5 e 10 salários, a 35,5%; e acima de 10 salários a 11%
- . Capacidade de pagamento das famílias inadimplentes chegou a 19%.
- . Endividamento capixaba chegou a 89,4%, maior nível do Brasil, sendo a principal fonte o cartão de crédito.

O que está acontecendo?

Em junho de 2025, a inadimplência no Espírito Santo voltou a subir, passando de 33,3% em maio para 34,2%. Isso representa um aumento de 0,95 ponto percentual e cerca de 41,6 mil novos inadimplentes. Apesar da elevação, que já ocorre há três meses seguidos, a taxa estadual continua abaixo da registrada em 2024, quando a média foi de 34,9% e o índice chegou a 36,3% em junho.

As famílias com renda entre 5 e 10 salários mínimos viram sua inadimplência saltar de 18,1% para 35,5%

Esse movimento de alta pode estar ligado a fatores sazonais, comuns no comportamento do consumidor. Entre os diversos motivos que levam à inadimplência, o acúmulo desordenado de dívidas se destaca.

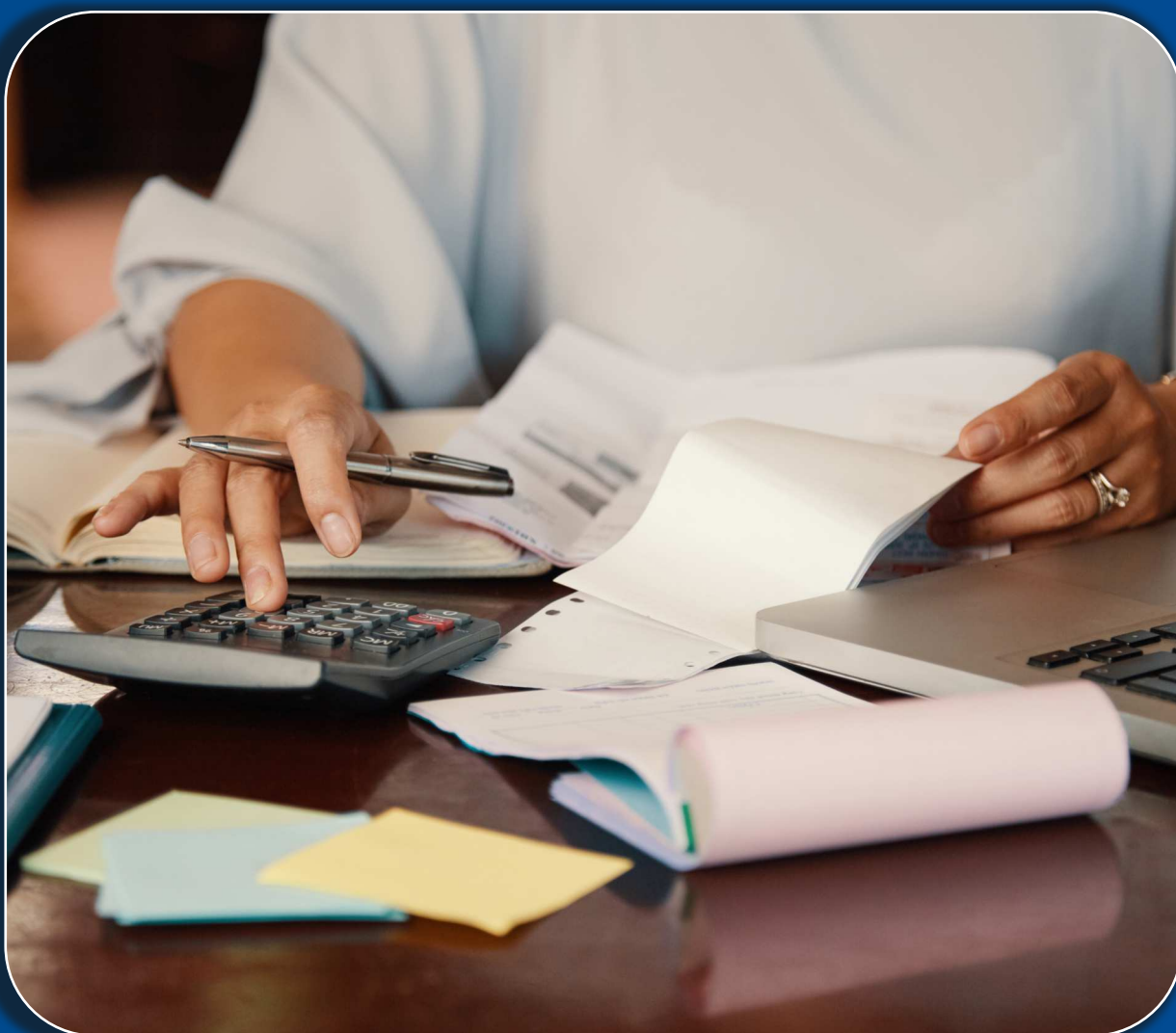
No Espírito Santo, entre as famílias com renda de até 10 salários mínimos, 27,4% comprometem mais da metade da renda com

dívidas e 49,9% possuem compromissos financeiros de longo prazo — acima de seis meses. Quando as dívidas são prolongadas e consomem grande parte da renda, a flexibilidade financeira das famílias diminui. Isso significa que, diante de imprevistos, elas têm menos capacidade de reagir, o que aumenta o risco de inadimplência. Esse risco é ainda maior nos períodos em que tradicionalmente há o acúmulo de contas a pagar, devido às compras parceladas antes, tais como as do final do ano.

Como as famílias costumam parcelar suas compras em até sete vezes, aquelas que gastaram em novembro e dezembro (na Black Friday e no Natal) continuam arcando com essas parcelas até o meio do ano seguinte.

Ainda assim, o comportamento de pagamento varia dentro das faixas de renda. Famílias com renda entre 3 e 5 salários mínimos, por exemplo, reduziram sua inadimplência de 37,4% em junho de 2024 para 28,1% em junho de 2025. Por outro lado, as famílias com renda entre 5 e 10 salários mínimos viram sua inadimplência saltar de 18,1% para 35,5% no mesmo período.

Apesar dessas oscilações, menos de 20% das famílias com dívidas em atraso afirmam que não conseguirão pagá-las no mês seguinte. Isso sugere que, para uma parte significativa dessas famílias, a inadimplência pode ser uma dificuldade momentânea, e não necessariamente de longo prazo.





Opinião do Empresariado Capixaba

No atual cenário econômico, em que os juros elevados influenciam diretamente o comportamento das famílias, as percepções sobre inadimplência e endividamento variam conforme a faixa de renda e o perfil de consumo. Conversamos com **Karla Uliana Christ, gerente geral de agência de cooperativa de crédito, que traz uma leitura do dia a dia do atendimento financeiro**, destacando como fatores como informalidade, renda e, sobretudo, o perfil individual impactam nas decisões de consumo e na capacidade de manter as contas em dia.

"Na prática, eu percebo mais sinais de inadimplência entre os consumidores de menor renda, especialmente os que estão na informalidade.

Esses têm mais dificuldade de controle financeiro, mas mesmo assim continuam gastando com itens supérfluos. Já no público que ganha entre 5 e 10 salários mínimos, eu não vejo tanto inadimplência, pelo menos não de forma tão evidente. Em relação ao endividamento, aí já depende muito do perfil da pessoa.

Tem gente que observa o cenário atual, com juros altos, e decide segurar: evita gastar,

evita financiamento, não vê como um bom momento para investir. Inclusive empresários têm adotado esse comportamento. Mas também tem aqueles casos em que a pessoa tem uma renda alta, como um médico, por exemplo e mesmo assim está muito endividada. Às vezes parece que quanto mais se ganha, mais se gasta. Então, não dá para associar diretamente à faixa salarial; tudo depende do perfil de consumo de cada um."

Com juros altos, muitos estão segurando gastos e investimentos, inclusive empresários



Tendência - Crescimento de iniciativas de reeducação financeira como estratégia de contenção da inadimplência

Diante do persistente cenário de elevado endividamento e inadimplência, o mercado financeiro tem intensificado uma tendência estratégica: o investimento em ações de reeducação financeira voltadas diretamente ao consumidor.

Mais do que iniciativas de responsabilidade social, esses programas vêm se consolidando como ferramentas de gestão de risco. Instituições financeiras têm ampliado seus esforços na orientação para o uso consciente do crédito, disponibilizando conteúdos educativos, canais de apoio e jornadas personalizadas de reestruturação de dívidas. A lógica é simples e eficaz: consumidores mais informados tendem a se relacionar de forma mais estável e sustentável com o crédito.

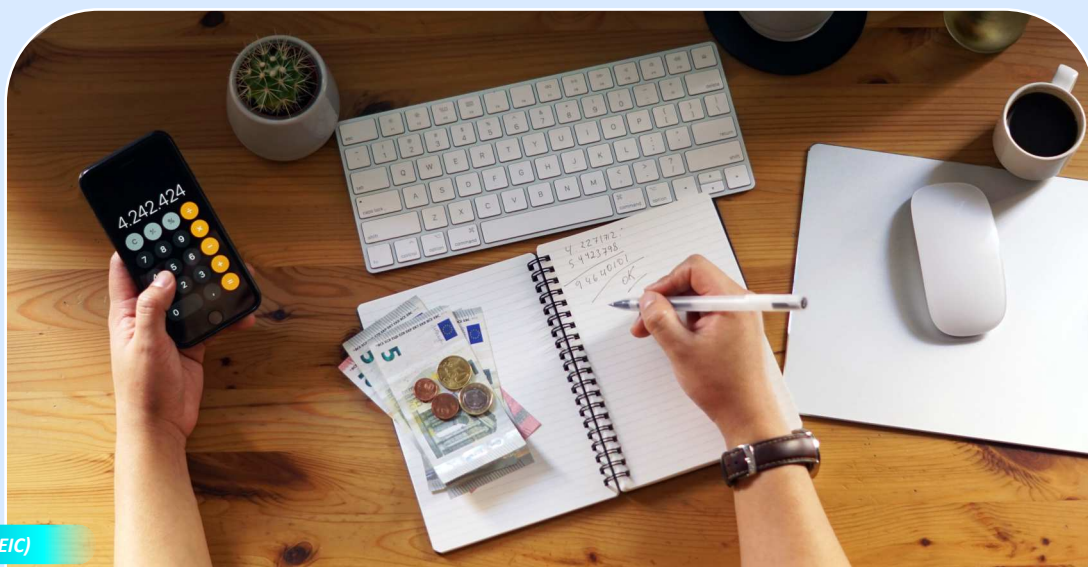
Esse movimento caminha ao lado da adoção de tecnologias analíticas avançadas, que permitem identificar perfis de risco com maior precisão e oferecer soluções proativas de renegociação e planejamento financeiro.

A reeducação financeira está mudando o foco das instituições: estão priorizando relações de crédito sustentáveis, não apenas o volume de empréstimos

O objetivo é reduzir a exposição ao calote e fortalecer a estabilidade das carteiras. Entre as iniciativas em curso, destacam-se programas integrados aos canais digitais que combinam ferramentas de simulação de crédito, conteúdos educativos e opções de renegociação adaptadas ao perfil do cliente. Também têm ganhado espaço projetos voltados à formação financeira desde a infância, com materiais pedagógicos,

jogos e atividades lúdicas, além de cursos gratuitos para jovens e microempreendedores sobre orçamento pessoal, uso consciente do crédito e controle de dívidas. Em alguns casos, cooperativas e instituições oferecem ainda clínicas financeiras presenciais e virtuais, com atendimento individualizado.

A tendência sinaliza um novo paradigma na relação entre instituições financeiras e consumidores, que passa a priorizar a longevidade e a qualidade da relação de crédito e não apenas o volume de concessões.



Esse volume representa um crescimento de 42% nos últimos cinco anos, refletindo o impacto do crédito caro, da renda comprometida e da instabilidade econômica na vida financeira das famílias.

No entanto, para quem está negativado, sair dessa situação nem sempre é simples. A quitação das dívidas esbarra, muitas vezes, nos altos encargos e nas condições pouco acessíveis de pagamento. Um exemplo disso é o cartão de crédito rotativo, cuja taxa média no Espírito Santo alcançou 429,5% ao ano em junho de 2024, segundo o portal Em Dia ES. Esse patamar coloca o Brasil entre os países com os maiores juros do mundo e ajuda a explicar por que tantas famílias permanecem presas ao endividamento crônico.

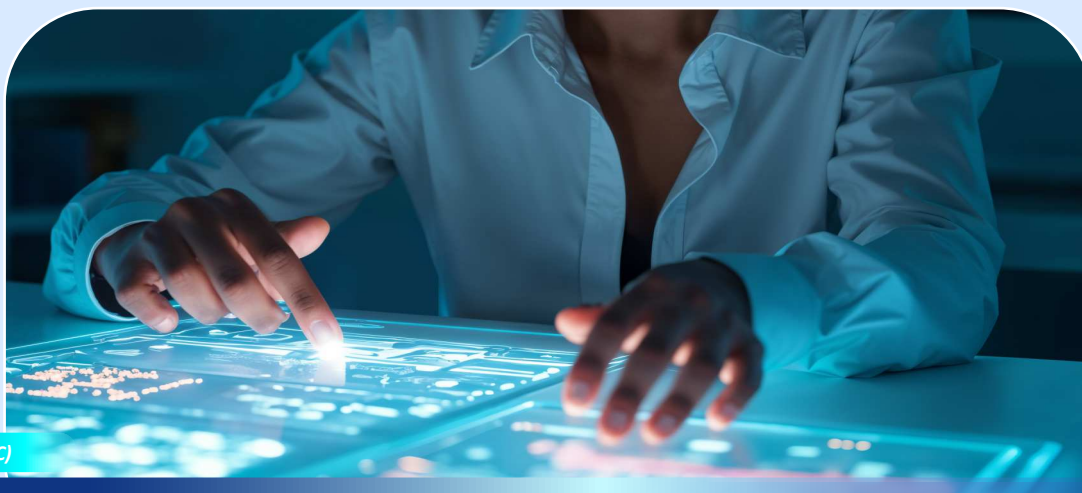
Em um cenário nacional em que o volume total de dívidas negativadas já ultrapassa R\$ 457 bilhões, cresce também o número de fintechs especializadas em crédito e renegociação. Essas startups buscam oferecer soluções digitais e mais acessíveis para consumidores inadimplentes, atuando como intermediárias entre devedores e credores.

Apesar do potencial de crescimento, esse é um setor de alto risco e custo elevado, principalmente em razão da inadimplência recorrente e da dificuldade de avaliar a real capacidade de pagamento de cada consumidor.

Para enfrentar esses desafios, muitas fintechs têm apostado no uso intensivo de Inteligência Artificial (IA) como ferramenta estratégica para reduzir custos, acelerar decisões e aumentar a precisão na análise de crédito. Um exemplo disso é a Base39, que, segundo reportagem da Carta Capital (24/11/2024), conseguiu reduzir significativamente seus custos de infraestrutura e desenvolvimento ao incorporar soluções de IA em seus processos internos.

Outras empresas, como a BLU365, também têm se destacado no uso de inteligência artificial para apoiar o processo decisório e oferecer experiências mais personalizadas na renegociação de dívidas. Com a capacidade de analisar grandes volumes de dados em tempo real, prever comportamentos de consumo e sugerir condições adaptadas à realidade financeira de cada cliente, a IA tem sido um diferencial competitivo importante nesse mercado.

O uso de IA tem se tornado uma tendência em todo o mercado financeiro. Combinando tecnologia, análise de dados e estratégias humanizadas de cobrança, o setor avança para uma abordagem mais moderna e eficiente na relação com consumidores inadimplentes – contribuindo não apenas para a recuperação do crédito, mas também para a reeducação financeira e a reinserção desses consumidores no mercado formal.



Nota metodológica:

A estimação do número de famílias endividadas ou inadimplentes foi estimada a partir das informações divulgadas pela CNC e pelo Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2022. Para determinar o número de famílias, a ideia de núcleo familiar da CNC (pessoas que moram com o entrevistado) foi extrapolada para ideia de domicílio particular permanente ocupado do IBGE (local estruturado, separado e independente, destinado a habitação de uma ou mais pessoas). Assim:

$NFE = PFE \times NDPPO$

Número de famílias endividadas = % de Famílias endividadas x Número de domicílios particulares

Sendo:

NFE – Número de famílias endividadas apresentado pela Equipe Connect/Fecomercio

PFE – Percentual de famílias endividadas, disponibilizado pela CNC

NDPPO – Número de Domicílios Particulares permanentes ocupados, divulgados pelo IBGE no Censo Demográfico de 2022.

EXPEDIENTE: Presidente do Sistema Fecomércio-ES/Sesc/Senac: Idalberto Luiz Moro | Diretor Sesc-ES: Luiz Henrique Toniato | Diretor Senac-ES: Richardson Schmittel | Superintendente Fecomércio-ES: Wagner Corrêa | Diretor de Relações Institucionais Fecomércio-ES: Cezar Wagner Pinto | Equipe Connect Fecomércio-ES: André Spalenza : Karina Tonini : Felipe Montini : Eduarda Gripp : Gercione Dionizio : Maria Clara Leite : Samuel O. Cabral : Thalís Manhães : Ryan Procópio : Giulia Ortega | Tel.: 3205-0706 | www.fecomercio-es.com.br